

Debate sobre a Agressão Física de Crianças

Katie M. Hill*

Introdução

“Eu tomo aqui a liberdade de chamar a atenção dos pais sobre uma coisa: aquele que espera do seu filho ser respeitado e ter suas ordens cumpridas, ele próprio deve reverenciar o seu filho”.

(John Locke, citado por Profumo, 1993)

Implicações clínicas

A punição física de crianças tem se tornado uma questão altamente controversa em nossa sociedade. Por muito tempo, a punição corporal tem sido adotada como parte integrante da criação dos filhos. Aquela conhecida idéia de que não se deve fazer todas as vontades de uma criança para não mimá-la tem refletido a atitude de considerar tal punição, não apenas aceitável, mas necessária para educar as crianças corretamente. Na verdade, há uma expectativa social e histórica de que os pais ou outras autoridades devem exercer seu “direito inerente” e dever de controlar, reprimir e disciplinar os filhos. Um exemplo óbvio de tal abordagem é bem ilustrado pelo uso da violência em escolas, uma prática que tem ocorrido desde os tempos da Grécia Antiga e ainda persiste em algumas escolas públicas inglesas até hoje.

Atualmente, essa complacência em relação à punição física de crianças tem sofrido uma forte resistência por três motivos diferentes. Primeiramente, há uma evidência cada vez maior da associação entre a punição física e o abuso de crianças. Relatos sobre o estudo do abuso de crianças sugerem que a maior parte da violência ilegítima contra crianças é simplesmente uma extensão dos modelos de punição socialmente aceitos, ou seja, “uma consequência da ação disciplinadora adotada pelos pais ou responsáveis em resposta a um ato específico de uma criança” (Bell, 1975, citado em Lenton, 1990). A grande repercussão desse assunto trouxe a conscientização pública sobre tais questões, assim como a necessidade e a adequação da punição física na disciplina de crianças vêm sendo seriamente discutidas.

Outras pesquisas, por sua vez, através de vários profissionais associados com a saúde das crianças (tais como psicólogos, assistentes sociais, agentes

RESUMO

O autor discute as várias formas de punição física contra as crianças como: tapas nas nádegas, chutes, socos e agressões por meio de objetos, tendo por base as variáveis (tipo de comportamento punido, aspectos culturais, idade e sexo da criança) que influenciam na escolha dos métodos de disciplina usados pelos pais.

UNITERMOS

Punição física. Punição corporal.

* Clare College - Cambridge

de saúde e médicos) e a vida em família, sugerem que a punição física pode ser um meio ineficaz de disciplina e, mais importante do que isso, podem ocasionar conseqüências indesejáveis a curto e longo prazo. Por exemplo, tanto a agressão como a delinquência têm sido ligadas ao uso da punição física cruel, e a literatura médica tem entendido que experiências excessivamente punitivas na infância estão associadas a uma grande variedade de psicopatologias (Greven, 1991; Newell, 1988). Alguns médicos, aprofundando-se na questão, têm afirmado que a punição física de crianças é a raiz de toda a agressão realizada por adultos, e que não só estimula como perpetua a violência que vemos em nossa sociedade (Miller, 1987). Sendo assim, sob essa perspectiva, questionar a aceitação da punição física como parte da disciplina e introduzir alternativas de como lidar com o comportamento das crianças poderiam ter resultados positivos tanto para os indivíduos como para a sociedade como um todo.

Por último, há de se considerar a preocupação crescente a respeito dos direitos das crianças que tem gerado debates éticos e legais sobre as questões relacionadas com a disciplina na infância. Em 1979, foi aprovada na Suécia uma lei que baniu o uso da punição corporal ou de qualquer outro tratamento humilhante na educação de crianças (Solheim, 1982). Vários outros países europeus, então, passaram a adotar legislações semelhantes. Além disso, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) propôs um guia de orientações, promovendo a proteção das crianças contra violência, dano ou abuso físico e emocional, e contra a negligência ou maus tratos por parte dos pais ou responsáveis. Na Inglaterra, grupos de pressão têm usado tais argumentos para dar suporte a campanhas contra o direito dos pais de "punição sensata e moderada" que é correntemente reconhecida por lei. Uma corrente política a favor da abolição, ou pelo menos da restrição severa deste direito dos pais de aplicar punições corporais tem, cada vez mais, ganhado voz nessa discussão. Muitas instituições profissionais têm se juntado ao movimento, apesar de que a maioria dos pais ainda não está convencida por esses argumentos e, freqüentemente, expressa raiva e descontentamento em relação àqueles que tentam persuadí-los a desistir de tais práticas de agressão contra a criança (James, 1990; Payne, 1989). A própria mídia mostra-se, muitas vezes, conservadora. Num artigo recente, David Profumo (1993) argumentou que "antes de deixarmos que os entusiastas dessas campanhas vigiem nossa disciplina familiar... nós devemos considerar se há realmente um lado negativo em tais leis 'informa-

tivas' ". Batalhas recentes em juízo também sugerem que o peso da opinião pública ainda tende a favorecer a punição corporal como um direito dos pais.

O fato de essa questão chamar a atenção pública tem exigido uma considerável demanda dos profissionais que aconselham os pais na educação dos filhos. Dessa forma, espera-se agora que psicólogos, assim como outros profissionais dessa área, tenham conhecimento de várias outras questões a respeito da disciplina das crianças, por exemplo, o tratamento de crianças com distúrbios de comportamento, a intervenção clínica em crianças que sofreram abuso familiar, e a orientação aos pais sobre estratégias de disciplina alternativa. Além disso, esses profissionais, cada vez mais, vêm sendo requisitados pelos legisladores encarregados das políticas sociais no tocante à eficácia das punições físicas, assim como às conseqüências de seu uso. Todo esse debate é extremamente complexo e altamente emotivo. Pode ser difícil distinguir as dimensões pragmáticas das questões éticas envolvidas, além de que certas afirmações parecem ser feitas, geralmente, sem provas científicas convincentes para sustentá-las. No entanto, os psicólogos não podem mais basear suas afirmações em opiniões pessoais. Sem dúvida alguma, as descobertas que indicam um possível mal causado pela punição corporal precisam ser avaliadas seriamente, na medida em que elas sugerem que seu uso contínuo pode ter implicações de alcance social e legal. Entretanto, a literatura psicológica a respeito da punição corporal compreende uma série de problemas terminológicos e metodológicos. Esta tese tenta explicar algumas dessas questões através da revisão da literatura psicológica a respeito da punição física como um método de disciplina de crianças. Seus principais objetivos são:

1. descrever os fatores epidemiológicos, culturais e sociais relacionados ao uso da punição corporal;
2. esclarecer a metodologia e a terminologia empregadas nessa literatura;
3. rever as evidências de sua eficácia e conseqüências clínicas; e
4. identificar as implicações para a prática clínica.

Fatores epidemiológicos, culturais e sociais

Fatos recentes na Inglaterra

Poucas pesquisas têm sido feitas nesse país a respeito das práticas atuais de educação das crianças. A mais recente avaliação do nível geral de opinião sobre

a punição corporal pelos pais foi uma pesquisa realizada pelo *System Three Scotland* para a Comissão Jurídica escocesa em setembro de 1991. Eles perguntaram a 1.055 pessoas na Escócia sobre seus pontos de vista a respeito da admissibilidade de: (1) “bater com a mão aberta de maneira que não cause lesão prolongada”; e (2) “bater com um cinto, pedaço de pau ou outro objeto de maneira que não cause lesão prolongada”. Foi pedido aos entrevistados que respondessem a essas questões, tendo em mente crianças de três idades diferentes (3, 9 e 15 anos) que haviam se comportado mal.

Os resultados, resumidos abaixo no quadro I, mostram um nível extremamente alto de aprovação a favor de bater em crianças. Em se tratando de uma criança de 3 e uma de 9 anos, 83% e 87% dos entrevistados, respectivamente, consideraram que deveria ser permitido por lei que um pai batesse em seu filho com a mão aberta. Uma maioria levemente menor, 68%, achou que seria aceitável bater num filho de 15 anos, enquanto 25% afirmaram que isso deveria ser ilegal. Por outro lado, apenas 3% consideraram que bater numa criança de 3 anos com o auxílio de um objeto deveria ser permitido legalmente. Uma maioria esmagadora (94%) considerou que isso é inaceitável, e levando em consideração crianças de 9 e 15 anos, 91% e 85%, respectivamente, consideraram que o uso de objetos para bater em crianças deveria ser contra a lei. A proporção dos entrevistados que acharam que era inaceitável bater com um cinto, pedaço de pau e outros objetos aumentou levemente conforme a idade da criança, mas 10% ainda sugeriram que bater numa pessoa de 15 anos com o uso de um objeto deveria ser permitido por lei.

QUADRO I
ACEITABILIDADE DE DUAS FORMAS DE PUNIÇÃO
FÍSICA EM CRIANÇAS EM TRÊS DIFERENTES
FAIXAS ETÁRIAS

	Palmadas			Agridir com um objeto (%)		
	3 anos	9 anos	15 anos	3 anos	9 anos	15 anos
Permitido por lei	83	87	68	3	7	10
Não permitido por lei	14	11	25	94	91	85
Indecisos	3	2	7	2	2	5

Quando esses resultados foram analisados mais detalhadamente, foi descoberto que os entrevistados mais velhos, de forma geral, tendiam a aprovar mais a punição corporal com um cinto, pedaço de pau ou outro objeto. Por exemplo, no caso de um adolescente de 15

anos, apenas 6% do grupo de entrevistados entre 15 e 44 anos acharam que isso deveria ser permitido por lei, comparados com 11% do grupo de entrevistados entre 45 e 64 anos e 18% daqueles com mais de 65. Isso sugere que as atitudes podem estar mudando na população, talvez devido a fatores que incluem a publicidade e a discussão cada vez maior sobre os perigos da punição física em excesso. Outra descoberta interessante foi que os entrevistados que tinham crianças em casa consideravam que bater com o auxílio de um objeto era quatro vezes menos aceitável do que aqueles que não conviviam com crianças. Apenas 1% daqueles que têm contato com crianças acharam que bater com o auxílio de um cinto, pedaço de pau ou outro objeto deveria ser legalmente permitido no caso de crianças de 3 anos; 3%, em relação às crianças de 9 anos, e 6%, em se tratando das de 15 anos. Aqueles que não convivem com crianças em casa eram mais tolerantes com este tipo de comportamento. Não houve nenhuma diferença entre esses grupos no tocante à admissibilidade de bater em crianças.

No geral, esta pesquisa sugere que “bater em crianças” consiste num recurso considerável como forma de disciplina. Contudo, também foi demonstrado que as formas mais extremas de punição corporal de crianças são inaceitáveis para a maioria da população inglesa, em particular para aqueles que têm menos de 45 anos ou aqueles que possuem crianças em casa. No entanto, poderia ser argumentado que a pressão social (surgida devido ao uso de entrevistadores nessa pesquisa) pode ter resultado num relato menor da aprovação da punição corporal, particularmente no caso daqueles que possuem crianças em casa (Newell, 1989). Além disso, um resultado diferente poderia ter sido encontrado se os entrevistados tivessem sido questionados se era ou não aceitável adotar determinadas atitudes, em vez de perguntar se tais atos deveriam ser permitidos legalmente ou não. Deve-se considerar também que relatos verbais nem sempre podem corresponder com as técnicas de disciplina na prática (Kochanska, 1989). É importante, portanto, não apenas examinar a opinião das pessoas sobre essa questão, mas também analisar detalhadamente comportamentos específicos dos pais.

O estudo de Newson e Newson sobre práticas de educação de crianças fornece a informação mais compreensível, e aparentemente a única, sobre os índices de punição corporal no Reino Unido. Eles entrevistaram uma amostra, ao acaso, de 700 mães nativas (famílias de outras origens foram excluídas “no interesse da homogeneidade”) a respeito de vários aspectos da educação dos filhos, inclusive disciplina. O

projeto teve início em 1958, quando as mães foram entrevistadas em suas próprias casas conforme seus filhos completavam os primeiros anos de idade. Elas foram, então, acompanhadas conforme seus filhos alcançavam as idades de quatro, sete, onze e dezesseis anos (a cada idade o número de mães entrevistadas era de 700).

Esse estudo descobriu não apenas a alta aceitação da punição física, mas também uma grande maioria de pais que usavam a punição física para disciplinar seus filhos. As entrevistas com as mães de crianças de um ano revelaram que 62% das mães batiam em seus filhos, embora 11% delas batiam apenas quando a criança estava em perigo. No momento em que as crianças completavam quatro anos, apenas 3% das mães relataram que nunca haviam batido em seus filhos. Na verdade, a maioria esmagadora de mães (97%) afirmou que utilizava tal método de bater nas crianças; 22% usavam menos que uma vez por semana; 68%, entre uma a seis vezes por semana; e 7% batiam uma ou mais vezes por dia. Apesar desses índices extremamente altos, 17% das mães disseram que realmente não aprovavam tal prática em princípio. Tais resultados podem ser exagerados devido ao uso de entrevistadores nessa pesquisa. No entanto, isso sugere que pelo menos algumas das mães poderiam estar recorrendo a esta forma de punição corporal, embora elas não aprovassem seu uso.

Na idade de sete anos, houve uma redução na proporção das mães que batiam em seus filhos, embora o mesmo número de mães tivesse relatado que batiam em seus filhos muito freqüentemente quando estes tinham quatro anos; 8% das crianças apanhavam uma ou mais vezes por dia, 33% apanhavam de uma a seis vezes por semana, e 31%, menos do que uma vez por mês. Todavia, por volta desta idade, as mães também reportaram o uso de um instrumento (como um cinto, pedaço de pau, chinelo, correia ou outro objeto) para disciplinar seus filhos. Aos sete anos, 22% das crianças haviam sido surradas com o auxílio de um instrumento (26% dos meninos e 18% das meninas); e 53% haviam sido ameaçadas por um instrumento (65% dos meninos e 41% das meninas).

Quando as crianças atingiram 11 anos, as surras diminuíram vertiginosamente. Apenas 3% das crianças estavam apanhando uma ou mais vezes por dia, 18% entre uma e seis vezes por semana, e mais de 60% raramente ou nunca apanhavam. O número de mães que relataram a confiança no uso de um instrumento também havia declinado. Nove por cento das crianças (15% dos meninos e 3% das meninas) haviam apanhado com um objeto, e apenas 5% tinham sido ameaçados aos onze anos.

Esses resultados parecem expressar uma tendência parecida com a observada naquela pesquisa de opinião realizada recentemente na Escócia. Ambas demonstraram um alto grau de admissibilidade da punição física, a qual diminui conforme a idade da criança. A discrepância entre os métodos de disciplina descritos pelas mães das crianças em relação aos filhos de sexos diferentes também é notável. Os meninos parecem ser tratados de forma mais cruel e recebem as formas severas de punição física mais freqüentemente do que as meninas. Se tal fato ocorre porque eles diferem em características relacionadas ao comportamento, ou devido a atitudes culturais em relação à maneira de se criar meninos e meninas, será discutido mais adiante. Seria interessante ver se os resultados da pesquisa na Escócia teriam sido diferentes se aos entrevistados tivesse sido pedido que levassem em consideração crianças de mesma idade e sexo.

É interessante que, enquanto ambos os estudos descobriram que 80% das respectivas amostras aprovavam em princípio bater em crianças de três ou quatro anos, na prática, 97% reportaram de fato ter usado tal método para disciplinar seus filhos. Tais descobertas indicam que dados estatísticos podem não refletir precisamente as técnicas reais empregadas pelos pais. Isso pode ser particularmente verdadeiro ao se considerar o uso de objetos pelos pais para bater na criança. Os estudos de Newson e Newson revelaram que uma proporção considerável de mães fez uso desse método de disciplina. Ameaçar ou mesmo bater com o auxílio de um instrumento foi particularmente comum no grupo das crianças com sete anos, e ainda ocorria, mas numa proporção menor, aos onze anos. Por outro lado, as opiniões contidas na pesquisa sugerem um alto índice de desaprovação com relação a bater em crianças com o uso de algum objeto, especialmente aqueles entrevistados com crianças em casa. Esse resultado pode ter surgido simplesmente devido aos diferentes objetivos desses estudos e à metodologia usada. Todavia, eles podem refletir as mudanças em atitudes e práticas desde 1960, quando então os dados de Newson e Newson foram obtidos. Os Newson têm rejeitado tal possibilidade. Em 1985, eles repetiram as entrevistas com 344 mães de crianças de um ano de idade e encontraram de novo que 63% (a mesma proporção anterior) afirmaram que batiam em seus filhos. Conseqüentemente, eles concluíram que as práticas empregadas pelos pais não mudaram desde que a pesquisa original foi realizada, apesar da publicidade e discussão cada vez maiores sobre essas questões (Newell, 1989). Pode ser que as atitudes em relação à punição de crianças na Escócia não se apliquem a outras

partes das ilhas britânicas, e especialmente a alguns pequenos grupos de mães nativas de uma cidade no centro da Inglaterra. Se este for o caso, é necessário ser cauteloso ao aplicar as descobertas desses estudos no resto da Grã-Bretanha, com sua sociedade cultural tão diversa.

Infelizmente, muito pouco tem sido feito a fim de se identificar tais problemas relacionados às várias minorias étnicas da Grã-Bretanha. Um estudo (citado em Newell, 1989, p. 56) entrevistou famílias britânicas de Punjabi e de origem afro-caribenha sobre o uso de punição corporal em crianças de sete anos. Eles relataram que os pais de Punjabi raramente puniam seus filhos, enquanto os pais de origem afro-caribenha puniam seus filhos mais freqüentemente, e mais severamente do que os pais nativos brancos. Isso indica que pode haver diferenças culturais em relação aos métodos disciplinares usados pelas famílias de origens raciais diferentes. No entanto, esses resultados dizem pouco sobre como essas práticas mudam conforme a quantidade de tempo gasto no país, ou como elas diferem dos estilos de disciplina usados em seus países de origem.

Fatos recentes em outros países

Um número crescente de estudos, surgidos principalmente da preocupação com o abuso de crianças, tem fornecido uma vasta literatura sobre as práticas de criação dos filhos em uso numa variedade de culturas. A maior parte dessa literatura vem dos Estados Unidos, embora muitas pesquisas venham sendo realizadas cada vez mais em outros países também. Devido às limitações de espaço, eu irei rever resumidamente estudos de uma seleção de países: Estados Unidos, Suécia, Índias Ocidentais, Hong Kong e Japão.

A pesquisa de maior importância nos Estados Unidos a respeito da punição de crianças pelos seus pais foi realizada pelo *Family Violence Research Program* na Universidade de New Hampshire, que foi a pioneira em pesquisas sobre o abuso de crianças e a violência na família. Usando uma medida chamada "Conflict Tactics Scales", e como parte da Pesquisa de Violência na Família Nacional em 1976 (ver Gelles & Edfeldt, 1986), eles perguntaram com que freqüência os entrevistados haviam usado algumas técnicas (tais como discussão racional ou briga, o uso de expressões verbais ou não-verbais de hostilidade, e o uso da força física ou violência) quando haviam discordado ou estavam bravos com seus filhos no ano anterior ao estudo e no decorrer da relação com a criança. Os entrevistados foram selecionados de uma amostra

representativa de 1.146 famílias, sendo que cada uma consistia em dois responsáveis que tomavam conta, e havia pelo menos uma criança em casa entre as idades de 3 e 17 anos. Em famílias com mais de um filho, a criança que participava do estudo era escolhida ao acaso para fornecer um grupo representativo de idades.

Os resultados mostraram um nível elevado de admissibilidade social do uso da punição física para resolver conflitos nas famílias americanas. Mais de três quartos (79,2%) relataram o uso de punição física no ano anterior. Uma pesquisa similar (Straus & Gelles, 1988) realizada em 1985 usando a mesma medida descobriu que 90% dos pais batiam em seus filhos de 3 anos de idade no ano anterior à pesquisa. Essa taxa diminuiu para 34% quando se levaram em consideração os filhos de 15 a 17 anos. Além disso, 9% dos pais reportaram o uso de um instrumento para bater em seus filhos, e 2% das crianças sofreram formas mais graves de violência, incluindo chutes, mordidas, socos, espancamentos, queimaduras, ameaça ou até mesmo uso de faca ou arma de fogo.

Outros estudos junto a estudantes universitários nos Estados Unidos sobre as suas experiências com disciplina e punição (Graziano & Namaste, 1990; Berger, 1988) descobriram, da mesma forma, taxas elevadas de punição física. Entre uma variedade de questionários distribuídos a 4.695 estudantes universitários, Berger incluiu uma escala na qual os entrevistados indicavam suas experiências com diversas ações disciplinares, desde disciplinas físicas leves (ex.: surra) a punições físicas mais graves (ex.: socos, chutes) e atos identificados na literatura como abusivos (ex.: bater com objetos, atos que resultam em danos mais graves). Embora apenas 54% dos estudantes tenham relatado que seus pais haviam usado "disciplina física" durante a infância, 80% deles afirmaram que foram agredidos. Isso indica que "essa população não considera que a surra faça parte da disciplina física" (Berger, 1988, p. 254). Outras experiências foram também representadas nessa amostra de jovens predominantemente de classe média; 20% disseram que apanharam, 35% sofreram agressões com o auxílio de um instrumento, 6% levaram socos, 3% foram asfixiados, 2% foram severamente agredidos, e 1% afirmou que foram trancados em armários. Doze por cento dessa amostra afirmaram ter sido machucados (hematomas, ossos quebrados, ferimentos na cabeça) por seus pais como uma consequência da punição.

Graziano & Namaste (1990) reportaram descobertas similares: 93% de homens e mulheres sofreram agressão em algum período na infância. A maioria dessas surras ocorreu entre as idades de 7 e 9 anos, embora

52% tenham reportado que ainda sofreram agressões na adolescência (13 a 17 anos). A maioria dos estudantes (64%) descreveu tais agressões como severamente dolorosas. Cinquenta e sete por cento desses estudantes confirmaram o uso de um instrumento durante a agressão, mais comumente um cinto ou um objeto de madeira (um pedaço ou colher de pau). Essas pesquisas indicam a alta proporção de crianças que experimentaram punições físicas como parte de suas vidas diárias.

Em comparação com as taxas predominantes na América, os estudos realizados na Suécia indicam um quadro muito diferente. Em 1980, um ano depois que havia sido introduzida a legislação que baniu a punição corporal de crianças, Edfeldt (citado em Gelles & Edfeldt, 1986) realizou uma pesquisa junto a famílias suecas, usando o "Conflict Tactics Scales" (desenvolvido nos Estados Unidos), traduzido para o sueco. Eles descobriram que 28% dos pais reportaram o uso de punição corporal durante o ano que antecedia o estudo, e que 51% indicaram que haviam usado tal prática em algum momento no passado. Apenas 2% dos pais afirmaram que agrediam seus filhos com o uso de um objeto. No entanto, o índice de violência abusiva (4%) foi igual ao obtido nos Estados Unidos. Em geral, os pais suecos parecem fazer uso da agressão (surra ou tapa) muito menos do que os pais nos Estados Unidos (30% versus 63%, respectivamente), ou mesmo no Reino Unido, e eles aprendem outras estratégias de disciplina na escola e em aulas de educação que estão à disposição para todos os pais (Solheim, 1982). As crianças são disciplinadas através do uso de elogios, recompensas, restrição de privilégios e outras técnicas não-punitivas. Infelizmente, nenhum acompanhamento tem sido realizado nesse sentido na Suécia, embora alguns relatos (Newell, 1989) sugiram que a punição física tem se tornado cada vez mais rara, e é considerada desnecessária e inaceitável na sociedade sueca.

Samuda (1988) reportou taxas de punição física em uma cultura muito diferente em seu estudo sobre as práticas disciplinares e abuso de crianças em Hong Kong. Ele entrevistou 100 estudantes universitários solteiros que vinham de todas as classes sócio-econômicas. Os entrevistados foram questionados a respeito de suas experiências em relação à disciplina tanto dentro como fora de suas casas. De todos os entrevistados, 95% tinham sofrido punição física dentro de suas próprias casas, e 46% tinham sido vítimas de agressões mais radicais como a forma mais severa de punição. Não houve diferenças nos tipos de punição experimentados por homens ou mulheres. Os entrevistados também relataram suas observações das punições usadas por outros pais em seus filhos com idade inferior

a 3 anos, e entre 5 e 10 anos. Setenta e nove por cento afirmaram ter observado uma criança com menos de três anos sendo agredida (sendo agredidos nas nádegas ou na mão com um pedaço de pau), 73% reportaram que a criança era ignorada, e 57% agredidas (sendo repetidamente agredidas em qualquer parte do corpo com um pedaço de pau ou qualquer outro instrumento). Além disso, eles também haviam observado crianças sendo punidas através do uso de outras técnicas, tais como fazer a criança ajoelhar no chão (31%), ou fazer com que ela permanecesse sentada, só que sem uma cadeira no lugar (10%), chutar a criança (5%) e agredir a cabeça com um objeto (7%). Em relação às crianças entre 5 e 10 anos de idade, os entrevistados afirmaram ter observado esses comportamentos num índice muito maior: agressão (79%), ignorar (71%), surras (59%), ajoelhar (56%), "sentar numa cadeira vazia" (27%), bater na cabeça com um objeto (20%) e chutes (13%). Dessas formas de disciplina, os estudantes apenas aprovaram: surras (55% para crianças de 5 a 10 anos de idade, 36% para aquelas com menos de três), ignorar (49% e 38%, respectivamente) e ajoelhar (40% e 18%, respectivamente). É válido notar que 16% também aprovaram bater numa criança de idade entre 5 e 10 anos. Essa baixa aceitação da agressão entre os entrevistados, apesar de seu uso largamente difundido, pode ser explicada por seu elevado nível de educação. De acordo com Samuda, punições físicas tradicionalmente severas desempenham importantes papéis nas famílias chinesas quando a criança tem de 4 a 5 anos, para garantir que as crianças obedecerão e se importarão com seus pais na medida em que crescem e ficam mais velhos.

Estudos das Índias Ocidentais (Arnold, 1982; Payne, 1989) também descrevem o uso tradicional de punição corporal excessiva de crianças de pouca idade, por atos que podem parecer relativamente insignificantes para observadores de outras culturas. Por exemplo, Arnold descreveu o caso de uma criança de 4 anos, que freqüentava o jardim de infância, que foi agredida por sua mãe em várias manhãs consecutivas por derramar chá quando tentava tirá-lo da chaleira em vez de esperar por sua mãe. Em um estudo mais recente sobre admissibilidade de várias formas de disciplina, Payne (1989) entrevistou 499 adultos de Barbados sobre seus pontos de vista a respeito da punição corporal. Ela descobriu que a maioria dos entrevistados (77%) ou aprovava o uso da punição corporal ou achava que tal prática poderia ser útil ocasionalmente, enquanto 23% achavam que a punição não deveria ser usada. No geral, houve um consenso geral de que as punições corporais, tais como queimaduras, socos ou puxões de orelha, e

golpes com algum objeto nas mãos não eram apropriados, e houve uma reprovação esmagadora em relação às ações que causassem ferimentos, cortes na pele ou cicatrizes. Entretanto, foi considerado admissível por 55% dos entrevistados bater nas nádegas de uma criança com um cinto. Dez por cento também manifestaram sua aprovação em relação a dar tapas, 10% bater com um objeto, 9% fazer uso de uma vara ou bastão, e 4% bater nas mãos ou articulações com uma régua. Payne concluiu que, embora as atitudes no Caribe pareçam estar mudando gradualmente em relação aos métodos tradicionais de disciplina infantil, devido, ironicamente, aos programas de televisão americanos tais como “Cosby Show”, uma grande maioria de adultos ainda acredita que a punição corporal seja fundamentalmente benéfica, a curto e longo prazo, para a socialização da criança. Além disso, Payne descobriu uma falta geral de confiança em métodos alternativos. Arnold sugeriu que as famílias das Índias Ocidentais consideram a imposição de sanções por mau comportamento como uma contenção de afeto, e que isso entra em conflito com a expectativa de que seus filhos deveriam “entender que a punição é aplicada porque eles são amados e porque os pais se importam” (Arnold, 1982, p. 144).

Por outro lado, a cultura japonesa valoriza um estilo de educação muito diferente daqueles discutidos acima. O Japão não tem uma tradição de punição corporal de crianças. Ao contrário, os pais japoneses tendem a usar mais o bom senso e a persuasão do que apelar para punições externas, ou declarações diretas de poder (ver Kobayashi-Winata & Power, 1989), e a chacota e o ridículo são usados para envergonhar, ensinar e disciplinar crianças desobedientes (Newell, 1989). A submissão à autoridade dos pais é particularmente importante na cultura japonesa, assim como a responsabilidade diante dos outros em tomar decisões. Dessa forma, um forte senso de dependência é incentivado na criança, baseado num modelo de independência e indulgência desenvolvido pela mãe (ver Kobayashi-Winata & Power, 1989).

Em resumo, está claro que as práticas disciplinares admissíveis variam de cultura para cultura. Todavia, esse estudo também mostra que questões relacionadas à disciplina apropriada para a criança são relevantes em todo o mundo, assim como a punição corporal é ainda quase parte universal das vidas diárias das crianças. As variações entre culturas desenvolvem-se, pelo menos em parte, através dos diferentes papéis que esperam que as crianças tenham na vida adulta (Samuda, 1988), assim como através das interações complexas entre influências históricas, religiosas e sociais (Arnold,

1982). Infelizmente, os problemas metodológicos e os usos incompatíveis da terminologia impõem severas limitações na medida em que os comportamentos descritos em diferentes estudos possam ser adequadamente comparados. No entanto, antes de examinar tais dificuldades, eu gostaria primeiro de elucidar o fato de que a classe social e outros fatores desempenham um papel importante ao determinar as variações no uso dos métodos de disciplina com crianças numa determinada cultura.

Analisando a predominância por classe e outros fatores

Há uma considerável controvérsia na literatura a respeito do uso e das atitudes quanto à punição física, em relação à classe social. Um artigo recente de destaque nos Estados Unidos (Bronfenbrenner, 1958), propôs que o uso freqüente da punição corporal era mais “característico” das famílias da classe trabalhadora, e que, ao contrário, os pais de classe média tendiam a usar elogios, a razão e técnicas “orientadas pelo amor”. Esse ponto de vista tem sido energicamente contestado desde então, mas existe ainda uma corrente de opinião que o defende, até certo grau.

Na década de 70, Erlanger (1974) desafiou as bases empíricas para a suposição de Bronfenbrenner. Ele destacou as descobertas contraditórias sobre as práticas recentes de criação dos filhos nos Estados Unidos. Por exemplo, o estudo de Anderson em 1936 relatou que 73% dos pais de classe I usavam bom senso comparado a apenas 43% dos pais de classe VII. Da mesma forma, um estudo realizado por Miller e Swanson (1960) mostrou uma associação entre a classe social mais alta e o uso da psicologia em vez de punições físicas. No entanto, por outro lado, Davis e Havighurst (1943) encontraram taxas parecidas do uso de bom senso entre a classe média alta comparada com os pais da classe trabalhadora (53% versus 57%, respectivamente), embora eles também tenham relatado diferenças de classe no uso de outras técnicas disciplinares não-físicas, tais como recompensas e elogio (78% versus 53%, respectivamente). Littman (1957), por sua vez, não encontrou diferenças entre classe média e baixa no uso de uma variedade de métodos não-físicos (bom senso, restrição de privilégios, repreensão, isolamento) (todos os estudos citados em Erlanger, 1974). Erlanger apontou vários problemas metodológicos que podem ter contribuído para esses resultados discrepantes: (1) uso de indicadores diferentes para definir a classe social e as técnicas de punição usadas, (2) forte confiança nos questionários da pesquisa em vez da observação, (3) interpretação de dados de cidades isoladas em vez do

cruzamento de estudos nacionais. Além disso, sua pesquisa revelou uma história surpreendentemente diferente do que o esperado. Ele encontrou, ao contrário do que se pensa, que os grupos de pais com o maior índice de rejeição em relação à agressão consistia em brancos com o mais baixo grau de instrução (16% comparados com não mais que 5% de qualquer outro grupo). Ele concluiu que, embora “não houvesse quase dúvida de que existiam diferenças devido a idade, classe social, raça, sexo, religião, região do país etc., em relação à maneira com que os filhos eram criados, ... as estatísticas são geralmente irregulares e apresentam grande variação dentro do próprio grupo” (Erlanger, 1974, p. 15). A falta de evidências para provar a existência de diferenças significativas relacionadas com a posição social sugere que as classes mais baixas não possuem maior predisposição para isso do que os pais das demais classes sociais. A intenção do trabalho de Erlanger, portanto, é questionar a visão de que as classes mais baixas “tipicamente” confiam na punição física para controlar seus filhos, enquanto que a classe média “tipicamente” usa outros meios.

Newson e Newson (citado em Newell, 1989, p. 56) analisaram seus dados tendo em vista a punição corporal em famílias britânicas por classe social. Eles descobriram que as mães de classes I e II batiam em seus filhos de um ano de idade numa proporção menor (44%) do que a média (62%). Aos quatro anos de idade, não existiam diferenças de classe na proporção de mães que disseram que acreditavam no uso da agressão, mas as mães das classes I e II não batiam em seus filhos tão frequentemente. Ao atingirem sete anos, essas pequenas diferenças na frequência das punições ainda eram aparentes. Isso parece mostrar que, embora possa não existir diferenças nas atitudes em relação às punições, as mães de classes sociais mais altas podem tanto apelar menos para o uso da agressão como, por outro lado, não admitir seu uso, mesmo que o façam. Entretanto, com relação ao uso de um objeto para bater, 25% das mães de classe I e II relataram o uso com seus filhos, uma proporção um pouco maior do que os 18% da classe IV, e 17% da classe V. A maioria das mães de classe III favorecia o uso de objetos (97% em meninos e 55% em meninas). Em resumo, esses dados parecem mostrar que possa existir diferenças de classe em relação aos tipos de punição física admissíveis, embora haja uma clara variação dentro do próprio grupo. Ainda mais importante, os Newson destacaram a forte relação entre o sexo da criança e a confiança na punição física feita pelos pais (os meninos de qualquer classe social passam por muito mais experiências com disciplina física do que as meninas).

Nessa revisão da literatura, Wadeson (1993) argumentou que as pesquisas têm mostrado, na verdade, um relação entre a pobreza dos pais, alto nível de stress e o largo uso de uma disciplina mais cruel. Ele defendeu que a idéia de que violência familiar não depende da classe é um mito e que a posição e a classe social age como importante fator ao determinar as normas e valores que ditam a admissibilidade da punição física em certos grupos sociais. Este é, obviamente, um debate controverso. No entanto, a evidência sugere que, se existem diferenças de classe na preferência por técnicas de disciplina ou não, fatores estruturais, tais como desemprego, pobreza e más condições de moradia, podem fazer com que as famílias apelem para a punição física mais frequentemente (Patterson, 1982).

Problemas com Metodologia e Terminologia

Metodologia

A punição física é notoriamente um tópico difícil de se estudar (Straus, 1991; Axelrod & Apsche, 1983). Existem falhas graves de metodologia em vários estudos realizados até então nessa área. Três métodos principais, envolvendo entrevistas e questionários, têm sido usados para avaliar a ocorrência da punição física em populações: primeiro, questionar amostras, ao acaso, de pessoas sobre suas atitudes em relação às várias formas de punição física; segundo, pesquisar grupos de jovens sobre suas experiências com punição física; e por fim, entrevistar pais a respeito dos tipos de disciplina que eles usam. Cada um desses métodos de investigação tem seus próprios limites.

A principal preocupação com a primeira técnica já foi apontada nesse trabalho, isto é, os pontos de vista expressados pelos entrevistados nem sempre correspondem com a maneira como eles se comportam, por isso tais questionários não fornecem uma estimativa precisa da ocorrência na população a respeito das práticas de educação de crianças. Além disso, esse tipo de pesquisa pode fornecer apenas uma quantidade limitada de informações sobre comportamentos específicos, sem permitir que os entrevistados qualifiquem suas opiniões dentro de um contexto, ou descrevam quais outros comportamentos eles acham admissíveis ou não. Entrevistas detalhadas com um número suficientemente grande de pessoas poderiam gastar muito tempo.

Perguntar a estudantes sobre suas experiências com punição física também apresenta inúmeros problemas.

A apreensão de eventos ocorridos até a idade de quatro anos é quase sempre baixa, fragmentada, e não inspira muita confiança. Além disso, não são apenas velhas memórias que podem ser distorcidas ou perdidas, uma vez que lembrar fatos mais recentes pode também sofrer a influência de uma variedade de outros fatores. Por exemplo, Teasdale e outros (Teasdale & Fogarty, 1979) demonstraram que o estado emocional momentâneo do entrevistado pode afetar os tipos de eventos que ele é capaz de lembrar. Isso sugere que aqueles estudantes com humor alterado no momento da pesquisa podem estar mais inclinados a interpretar fatos passados como traumáticos, inclusive situações de punição física. Outros fatores, tais como o relacionamento atual e o passado com os pais, o contexto em que a punição física foi usada, a exposição ao debate sobre agressão e abuso físico e a pressão social e educacional para concordar com as opiniões dos pesquisadores, podem influenciar a precisão das lembranças. Isso levanta dúvidas a respeito da validade desses relatos. Além disso, estudantes universitários representam um grupo selecionado da população. Conseqüentemente, os resultados de tais pesquisas, quando generalizados para a população como um todo, podem ser problemáticos.

O uso de entrevistas com os pais apresenta também vários problemas. Como Erlanger (1974) mostrou, as entrevistas fornecem menos informações precisas e confiáveis sobre a relação entre os pais e seus filhos do que a observação direta. Além disso, o entrevistador pode influir tanto na quantidade como na qualidade da informação obtida. Gelles e Edfeldt (1986) sugeriram que psicólogos treinados podem ser mais eficientes em conseguir um índice de resposta mais alto, e podem obter melhores resultados ao arrancar respostas mais verdadeiras do que entrevistadores de empresas que prestam tal serviço de pesquisa. Por outro lado, poderia ser argumentado que os pais podem ser mais relutantes para revelar seus métodos de disciplina a profissionais envolvidos com crianças do que entrevistadores de outras áreas não relacionadas. Portanto, mais uma vez, a validade dos dados pode ser questionada.

Além desses problemas específicos, a maioria dos estudos caracteriza os pais pela simples análise dos modos predominantes de disciplina que eles empregam, ou pela frequência de determinados comportamentos. Outras variáveis, como a gravidade ou a intensidade da punição, suas conseqüências físicas, o contexto em que a agressão ocorreu e a seqüência dos eventos que levaram a tal atitude, ou o uso de estratégias alternativas de disciplina e a variação na escolha da técnica conforme a situação (Kuczynski, 1984), de maneira geral não têm sido estudadas sistemática-

mente. Somado a todas essas limitações está o uso da terminologia nessa literatura.

Terminologia e definições

Tem ocorrido uma considerável confusão com a terminologia usada nas discussões sobre a punição física de crianças. Inúmeros termos têm sido empregados aparentemente de forma análoga (“punição”, “violência”, “surrar”, “bater”, “agredir”) mas esses termos têm sido mal definidos e inconsistentemente aplicados. Além disso, grande parte da linguagem adotada é altamente emotiva (tal como “violência familiar sub-abusiva”) e exprime idéias carregadas de valores que parecem ser desapropriados para a pesquisa científica. O crescimento recente do interesse nesta área, que tem estimulado a pesquisa por vários profissionais e com populações de uma variedade de culturas, acentua a necessidade de definições claras e operacionais dos comportamentos envolvidos na disciplina de crianças.

“Punição” é uma das concepções centrais nessa literatura, embora surja a ambigüidade de seu uso de duas maneiras diferentes. De acordo com o Dicionário Oxford (1988), punição é “aquilo que um infrator sofre por causa de seu erro”. Por outro lado, ativistas usam o termo para se “referir a qualquer mudança de estímulo ou no ambiente seguindo modelos de um comportamento específico que reduza a probabilidade futura daquele comportamento” (Van Houten, 1983, p. 16). A distinção entre a retribuição e a mudança de comportamento tem implicações importantes para este trabalho. (Por exemplo, é adequado apenas avaliar a efetividade quando se considerar a habilidade da punição em mudar o comportamento, não seu uso como uma forma de retribuição.) No entanto, infelizmente, essa distinção não tem sido muito explícita ao se discutir a punição de crianças, e com frequência essas duas idéias têm sido usadas indistintamente. É claro que o progresso desses estudos serão severamente limitados até que o significado desses dois elementos da “punição” sejam examinados em separado.

Problemas parecidos são encontrados com outra terminologia usada na literatura. “Punição física” é um termo genérico que engloba uma grande variedade de comportamentos que possuem características em comum. Na literatura comportamental, essa categoria inclui qualquer “punidor” (qualquer estímulo que seja aplicado “contingente” na presença de um comportamento específico, que reduz a probabilidade de que tal comportamento ocorra novamente no futuro) que envolve a aplicação de estímulos físicos, tais como punição corporal, choque elétrico, barulhos altos, assim

como gostos desagradáveis ou substâncias com mau cheiro. Van Houten (1983) sugere que mesmo repreensões verbais altas acompanhadas de um olhar fixo e um firme apertão podem ser melhor conceituados como forma de punição física. Em uso popular, no entanto, esse termo primariamente refere-se apenas à punição corporal, a ação física dos pais para punir os erros dos filhos. Isso inclui uma variedade de comportamentos, desde tapas leves, palmadas, surras com o uso das mãos abertas até ataques físicos mais dolorosos que envolvem o uso de outros objetos, tais como colher de pau, cinto ou vara. Como explicado acima, esse tipo de disciplina deve ser contingente no comportamento da criança. Além disso, a motivação para seu uso pode ser de retribuição, mudança de comportamento ou uma mistura dos dois. Entretanto, o termo “punição física” é usado mais frequentemente para se referir também ao comportamento abusivo que surge dos sentimentos de frustração ou raiva dos próprios pais, e nem sempre por causa de qualquer coisa que a criança tenha feito em particular. O uso de tal termo tão abrangente é extremamente limitante ao se tentar elucidar as questões cruciais desse complexo debate.

O uso da terminologia para descrever ações específicas realizadas pelos pais como parte da punição física não tem sido muito preciso. Como cada pessoa aborda esse tópico com seu próprio leque de experiências, tanto negativas como positivas, as palavras que parecem neutras para alguns causam uma emoção profunda para outros. Por exemplo, comportamentos tais como pequenas surras, admissíveis como forma de disciplina para a grande maioria da população (Newson & Newson, 1989), são descritos por outros como “uma violência contra as crianças” (Straus & Gelles, 1988) e como “uma violência familiar sub-abusiva” (Graziano & Namaste, 1990). A falha em esclarecer os comportamentos específicos envolvidos simplesmente agrava a controvérsia desse debate que já possui suas próprias dificuldades. Além disso, comparações entre estudos são restritas, na medida em que os mesmos termos são usados para descrever comportamentos completamente diferentes. Tal problema mostra-se presente, por exemplo, pela maneira na qual a expressão “dar palmadas” tem sido empregada por alguns autores.

O dicionário Oxford (1988) define tal expressão (*spanking*, em inglês) como “dar palmadas nas nádegas como forma de punição”. Isso implica dizer que “dar palmadas” é um ato realizado com a mão aberta ou com um objeto liso dentro de um contexto de disciplina. Num estudo elaborado para investigar a “disciplina normal” e a ocorrência do abuso de crianças em Hong Kong,

Samuda (1988) definiu *spanking* como “bater na mão ou nas nádegas com um pedaço de pau”. Desde já, existe uma distinção em significado entre essas duas interpretações. No entanto, o contraste tornou-se ainda mais claro quando Graziano & Namaste (1990) usaram a palavra numa pesquisa com estudantes universitários americanos. Eles definiram como “uma agressão física num menor de idade por um adulto. Pode ser de qualquer grau de gravidade e pode ou não incluir algum objeto como uma escova de cabelo”. Comparações entre as experiências de entrevistados diferentes podem ser enganosas, e portanto seria impossível estabelecer o índice de ocorrência da agressão entre essas duas populações. Além disso, como esse exemplo sugere, tal definição abrangente pode tornar obscuras as variáveis críticas para entender o impacto de tal tratamento na criança.

Ao tentar esclarecer as fronteiras das punições físicas admissíveis, a Comissão Jurídica Escocesa que trata dos direitos dos pais (1992) recomendou uma definição mais precisa para o termo *smacking* (surrar). Eles se referiam a tal palavra como a ação que não envolve o uso de um objeto, e que, de nenhuma forma, põe a criança em risco ou causa dano, dor, desconforto que dure mais do que um curto espaço de tempo. Seguindo tal proposta, os termos “surra segura” (*safe smacking*) e “surra comum” (*ordinary smacking*) têm aparecido cada vez mais neste tipo de debate. Os guias informativos sobre a “surra segura” têm sugerido genericamente um procedimento que implica a calma explicação pelos pais à criança do que estão por fazer e o porquê, e então segurar firmemente a criança acima dos joelhos e lhe aplicar um número mínimo de palmadas com força moderada (que provoca uma dor ardida, mas sem hematomas nem o avermelhamento da pele) nas nádegas da criança com a palma da mão (ver Hervey, em preparação). No campo da pesquisa, a introdução de definições desse tipo seria muito útil, assim como descrições detalhadas do procedimento adotado pelos pais fornecem informações não apenas sobre o uso ou não da agressão pelos pais, mas também como, onde, sob quais circunstâncias, em que contexto, e as conseqüências físicas.

Em resumo, o uso da terminologia na literatura sobre a punição física de crianças é, no momento presente, extremamente obscuro. Muitos dos termos usados são ambíguos e simplesmente parecem não auxiliar no esclarecimento da discussão. Seria de muito valor para os estudos se fossem introduzidas definições padronizadas e operacionais dos inúmeros comportamentos relacionados à disciplina de crianças. Isso ofereceria condições às variáveis, tais como aquelas

mencionadas acima, para serem estudadas sistematicamente, comparando diferentes culturas, e poderia levar à descoberta de fatores desconhecidos anteriormente que desempenham importantes funções nas punições físicas. Tendo essas condições em mente, eu gostaria agora de examinar a eficácia da punição física em mudar comportamentos, em particular a utilidade da “surra comum”.

A eficácia da punição física e suas conseqüências a longo prazo

A eficácia da punição física

Muitos defensores da abolição da punição física têm sugerido “sua óbvia ineficácia” (Newell, 1989, p.16), e comentado que este é um dos argumentos fundamentais a favor deles. No outro extremo estão outros grupos que defendem veementemente a única função da punição física como um meio de controlar a conduta da criança. Um dos argumentos colocados por Newell (1989) contra a utilidade da punição física de crianças muito novas é que se elas são incapazes de compreender as palavras, elas não entenderão por que estão sendo punidas. No entanto, esse ponto de vista é difícil de ser aceito, na medida em que tal explicação poderia ser igualmente aplicada para o uso de outras técnicas para modificação de um comportamento com crianças que não falam. Além disso, a teoria do aprendizado social fornece ampla evidência de que o aprendizado ocorre como um resultado do condicionamento clássico e operante, por meio de recompensas, punições e outros elementos (ver Herbert, 1992), e que o aprendizado de observação, tal como a adoção de modelos, também desempenha um papel importante em determinar o comportamento da criança (Bandura, 1977). Portanto, a posição de Newell parece insustentável. Obviamente, porém, uma parte significativa desse debate sobre a agressão de crianças depende da eficácia da punição física.

O papel da punição física na modificação de um comportamento pode ser dividido em dois elementos mais importantes: os efeitos a longo prazo e os a curto prazo. A evidência desses efeitos vem primariamente dos estudos sobre o comportamento com animais de laboratório, humanos internados, particularmente pessoas com dificuldades de aprendizado. A forma mais popular de punição física empregada nesses estudos de laboratório tem sido o choque elétrico. Por exemplo, com os animais o choque tem sido usado tradicionalmente para condicionar as respostas ou alterar o

comportamento em situações experimentais (Appel, 1961). Com humanos, os choques elétricos têm sido usados para reduzir a auto-agressão de indivíduos com dificuldades de aprendizado (Trudel & col., 1981). No entanto, o impacto desse tipo de pesquisa parece limitado em sua relevância para a prática clínica, assim como não está claro como exatamente generalizar as descobertas dos estudos de laboratório para o uso de punições físicas pelos pais, tais como a surra. Todavia, isso tem fornecido informações úteis, considerando os fatores que podem influenciar na eficácia da punição, contra os quais os resultados de pesquisas mais precisas podem ser avaliados.

Van Houten (1983) resumiu os dados sobre os fatores que influenciam a eficiência da punição, dividindo-os em três grupos principais: fatores relacionados ao recebimento da punição; variáveis de reforço e fatores discriminantes. As variáveis derivam dos estudos sobre várias técnicas de punição usadas em situações experimentais (punição física, reação, tempo, repreensões). Nesse sentido, é válido mencionar que uma quarta categoria, o contexto da punição física (que será discutido mais tarde), também influencia a eficácia. Primeiramente, será útil descrever as descobertas do trabalho de laboratório, a fim de examinar sua aplicação para situações mais naturais.

1) Fatores relacionados ao recebimento da punição

A princípio, a literatura revelou a relação direta entre a intensidade da punição e a quantidade da repressão da resposta que a punição provoca. Em outras palavras, quanto maior a intensidade da punição, maior será a repressão exibida (Azrin & col., 1963, citado em Houten, 1983). O fato de que a completa repressão do comportamento alvo pode ser alcançada contanto que a punição seja suficientemente intensa tem sido uma descoberta bastante consistente dos estudos recentes. Relacionado a isso, sugere-se que a punição é mais eficaz se introduzida inicialmente com intensidade elevada do que se a intensidade aumentar gradualmente. Portanto, Van Houten comentou que “não é inteligente iniciar com punições leves e gradualmente fazer com que se tornem mais intensas. Na verdade, se a intensidade da punição for aumentando gradualmente, faz-se necessária uma punição muito mais intensa para reprimir comportamentos indesejados do que se a punição for originalmente introduzida a um nível razoavelmente intenso” (Van Houten, 1983, p. 20). Também se comenta que a eficácia de um punidor fraco poderia aumentar pela exposição anterior a um que fosse mais intenso (Raymond, 1968, citado em Van Houten, 1983), uma descoberta reproduzida por Trudel

e col. (1981) num experimento para reduzir os comportamentos auto-agressivos em pacientes com dificuldade de aprendizado.

Tem sido demonstrado que a punição não possui efeito sobre o comportamento se o animal pode, de alguma maneira, aprender como evitá-la (Azrin, 1965). A possibilidade de fuga para um ambiente diferente, onde determinado comportamento não é punido, também reduz o impacto da punição. Esse efeito tem sido observado mesmo quando a intensidade da punição é baixa demais para reprimir completamente a resposta (Azrin e col., 1965). Em relação a seres humanos, isso poderia ser desejável se o comportamento fosse admissível em certas situações (masturbação, por exemplo), mas não se o comportamento devesse ser reprimido em todas as situações.

O espaço de tempo entre a ofensa e a punição também desempenha um importante papel em determinar a eficácia. A punição imediata tem uma resposta muito maior (Van Houten, 1983). Além disso, a frequência de determinada punição também afeta a quantidade de redução da resposta. Se um determinado comportamento for punido em cada situação em que ocorrer, haverá um grande declínio na ocorrência desse comportamento. Portanto, os pais que acabam por cair na cilada de bater em seus filhos com muita frequência podem descobrir que podem parar de fazê-lo sem que o comportamento apareça novamente. Além disso, a habituação pode ocorrer após um período de tempo em níveis mais altos de frequência. É interessante que essas descobertas correspondem às percepções da punição pela criança. Challis (1961, citado em McCann, 1978) descobriu que aquelas crianças que eram punidas frequentemente achavam que a punição física era ineficaz, enquanto aquelas que raramente eram punidas consideravam sua eficácia muito grande. Em segundo lugar, tem sido demonstrado que, com a punição intermitente, um intervalo variável entre as punições é mais eficaz do que um intervalo fixo (Azrin, 1956, citado em Van Houten, 1983). Em resumo, a frequência das punições parece implicar a punição de uma elevada proporção de comportamentos específicos a intervalos variáveis.

2. Variáveis de reforço

Em 1966, Azrin e Holt (citado em Van Houten, 1983) sugeriram que punições de baixa intensidade eram eficazes se uma resposta alternativa estivesse disponível, que também produz a mesma quantidade de reforço. Na falta de uma alternativa, um punidor muito mais intenso faz-se necessário para se alcançar um resultado semelhante. Portanto, quando um compor-

tamento é punido, ele terá como resultado o aumento da frequência dos outros comportamentos. É importante que essas alternativas sejam substitutos admissíveis. No caso da surra, é importante que os pais percebam que seu uso apenas diz para a criança quais comportamentos não devem ser seguidos. A surra por si só não direciona a criança no sentido das alternativas que funcionam como substitutos admissíveis para um determinado comportamento.

A eficácia da punição é também reduzida se o comportamento punido continua a ser reforçado. Da mesma forma, se a punição é recebida depois que o comportamento em questão foi reforçado, a punição perderá seu impacto. Por exemplo, Solomon e colegas (1968, citado em Van Houten, 1983) descobriram que agredir filhotes de cachorro conforme eles se aproximavam de sua comida era mais eficaz em reduzir o ato de comer do que agredi-los após eles já terem comido. No entanto, preocupações éticas e metodológicas proíbem tais pesquisas com crianças. Embora esses resultados pareçam ser verossímeis, estendê-los para a situação entre pais e filhos necessita claramente de confirmações empíricas.

3. Fatores discriminantes

A punição que seguramente transmite a disponibilidade de um reforço particular perderá sua eficácia, assim como pode se tornar um reforço condicionado. Portanto, uma criança que é abraçada depois de agredida, por exemplo, começará a associar a punição com sentimentos positivos de carinho, e, então, pode, sem querer, aumentar esse comportamento a fim de ser abraçada (ver Patterson, 1976). Pelo contrário, os estímulos que são associados a punidores podem atingir o status de punidores condicionados. Esse efeito é mantido contanto que os dois estímulos sejam efetuados na mesma ocasião, e pode ser realçado se mais de um punidor condicionado for recebido de uma única vez. Portanto, repreensões orais, um olhar fixo ou tom bravo de voz, todos podem ser associados ao fato de serem agredidos, até o ponto em que os pais possam apenas precisar apelar para a surra muito raramente.

Esse estudo tem salientado os tipos de fatores que têm sido apontados para influenciar a eficácia da punição em trabalho experimental. Embora eles forneçam claramente um guia útil para a pesquisa clínica, sua relevância direta para situações mais reais é menos óbvia. Por exemplo, Leach (1993) usou descobertas para sugerir a necessidade de punidores de alta intensidade para se obter a repressão das respostas para argumentar contra recomendações tais como aquelas propostas pela Comissão Jurídica Escocesa de

limitar o âmbito da punição física pelos pais. Eles supunham que essas estipulações simplesmente traduziriam a ineficácia de tal disciplina, a menos que fosse empregado um nível de força inadmissível. No entanto, esse exemplo enfatiza o perigo da concentração puramente em apenas um aspecto dos resultados, sem considerar os efeitos interativos de todos os outros fatores que também têm se demonstrado capazes de influenciar na eficácia da punição física. Além disso, é difícil saber como esses dados específicos relacionam-se com a intensidade da necessidade da “surra comum” para mudar o comportamento de crianças. Por exemplo, os experimentos sobre intensidade primeiramente usaram choques de intensidade controlada que eram aplicados até que o aprendizado fosse completado. Obviamente, tanto o agente que pune quanto o ambiente são qualitativamente diferentes no conflito pai-filho. Como os Newson colocaram, “as punições no contexto familiar não só implicam a interação social de uma espécie emotiva e profunda, mas também aparecem após uma série de comportamentos nos quais a criança é um participante igual, e durante o qual lhe é dada a oportunidade de tornar-se consciente de seu próprio papel como provocador da punição e da intenção de sua mãe de puni-lo caso continue... Considerar a surra mais como um exemplo comum de condicionamento de prevenção do que como parte de um modelo complicado de comunicação entre mãe e filho é simplificar todo o processo de reconhecimento; não menos porque, enquanto um experimento de laboratório pode continuar o processo até que o aprendizado ocorra, a mãe fica limitada em suas atitudes, tanto pela reação individual da criança... como pela sua própria consciência” (citado em Newell, 1989, p.18).

Notoriamente, poucos estudos têm tentado aplicar descobertas experimentais em situações reais com crianças “normais” e seus pais, devido em parte à dificuldade de designar e conduzir experimentos controlados; e, em parte, devido à controvérsia e à má compreensão que envolvem a punição física. Os poucos estudos que têm analisado os efeitos no comportamento, a curto prazo, da punição física pelos pais foram realizados como parte de avaliações de grupos de tratamento de crianças com distúrbios de comportamento. Rekers e Lovaas (1974) comentaram sobre a eficácia da agressão como parte de uma tentativa de controlar desvios de comportamento sexual em um menino de cinco anos de idade. Durante a fase de tratamento em casa, os pais da criança foram instruídos a operar uma economia de cupons, que inicialmente eram aplicados para comportamentos sem distinção

sexual, chegando a incluir comportamentos femininos. Os autores descobriram que comportamentos desobedientes e a birra não eram eficazmente reprimidos quando se reagia aos cupons com condição de resposta, um procedimento de tempo, ou os dois combinados. No entanto, os comportamentos decaíram rapidamente quando contaram ao menino que cada cupom corresponderia a uma surra de seu pai. Depois de apenas duas surras, os autores notaram que ele “evitou cuidadosamente receber os cupons vermelhos a partir de então” (p.185).

Outros estudos avaliaram o papel dos elementos da punição física dos programas padronizados de treinamento de pais (Forehand & McMahon, 1981), em particular seu uso para reforçar as interrupções. Day e Roberts (1983) descobriram que a surra reduzia o comportamento não submisso durante os períodos de interrupção. Eles sugeriram, no entanto, que a punição física pode não ser necessária, na medida em que fosse usada uma barreira para reforçar a interrupção que fosse igualmente eficaz. Todavia, esses estudos mostram que a punição física, pelo menos na forma de surra, é eficaz em modificar o comportamento a curto prazo, embora pareça existir vários fatores que poderiam influenciar potencialmente essa eficácia.

Graziano & Namaste (1990) sugeriram que o objetivo a longo prazo de socialização (pelo menos nas culturas ocidentais) parece desenvolver a capacidade crescente das crianças em relação ao autocontrole. É essencial, portanto, entender o efeito da punição física em fatores como a submissão e o autocontrole quando não há ameaça da punição. A maioria dos estudos não-laboratoriais, na verdade, tem se concentrado nessas correlações a longo prazo do uso da punição física para disciplinar crianças. Power e Chapieski (1986) estudaram o controle do impulso (definido como a não-manipulação de objetos perigosos ou quebráveis) de crianças de 14 meses tendo em vista as estratégias de disciplina usadas pelas mães. Eles usaram uma combinação entre a observação nas próprias casas e entrevistas para avaliar a submissão da criança aos comandos maternos, e para determinar o método principal de disciplina adotado pelas mães. Foi descoberto que as mães que faziam uso da punição física tendiam a ter crianças que ignoravam mais suas proibições e manipulavam com maior frequência objetos quebráveis. Essas mães também evitaram a exposição de tais objetos em suas casas. Além disso, o acompanhamento dessas crianças mostrou níveis mais baixos de competência não-verbal. É difícil concluir baseado nesse estudo, uma vez que o número de crianças em cada grupo era extremamente pequeno

(crianças fisicamente punidas, 7; crianças punidas ocasionalmente, 6; nunca punidas, 5). Além disso, é válido notar que Power e Chapiesski não encontraram nenhuma diferença entre crianças cujas mães nunca puniam e aquelas cujas mães puniam ocasionalmente. Não está claro, portanto, se esses resultados representam diferenças verdadeiras devido a variações de estratégias de disciplina, ou se eles refletiram outros fatores, tais como as reações das mães em relação à criança com temperamentos mais difíceis, assim como a dificuldade em estabelecer o direcionamento da motivação.

Outros autores têm estudado a eficácia da punição através da tentativa de correlacionar os modelos principais de disciplina adotados pelos pais com as medidas de socialização. Estudos recentes (Hoffman, 1963; Aronfreed, 1968) fizeram a distinção entre as técnicas psicológicas e as técnicas de afirmação de poder, e sugeriram que as primeiras obtiveram um resultado mais positivo. Block (1981, ver Kochanska e col., 1989) descreveram o autoritarismo dos pais como um estilo que foi positivamente associado ao uso de comandos diretos, reforços físicos, repreensões e intervenções proibitivas, e foi negativamente relacionado ao uso de sugestões. A autoridade moderada, por outro lado, tendia a depender do uso de sugestões e incentivos positivos, e era negativamente relacionada ao uso de punições físicas, intervenções proibitivas e comandos diretos. Dessas duas estratégias, as variações na dependência de punições físicas têm sido conceituadas como a maior influência na socialização de crianças. Seu uso infrequente na autoridade moderada foi identificado como estimulante ao desenvolvimento do autocontrole da criança (Aronfreed, 1968), enquanto no autoritarismo parental a forte dependência da punição física tem sido considerada para evitar que as crianças pensem sobre suas ações por si mesmas, uma vez que reagem de acordo com a ameaça da punição externa (ver Shaw & Scott, 1991).

Em contraste com esses estudos, Baumrind (1973) sugeriu que punições físicas moderadas poderiam, na verdade, ser parte de um estilo parental a longo prazo que seria benéfico para a criança. Ela comparou estilos parentais de autoritarismo, autoridade moderada e permissiva, e seus efeitos na criança, e descobriu que eram os pais de autoridade moderada que tendiam a usar a punição física, embora também usassem o bom senso, atenção e cuidados especiais para encorajar o desenvolvimento e a autonomia da criança. Seu estudo demonstrou que crianças de quatro anos com pais de autoridade moderada são mais propensas a demonstrar

maturidade (medida em termos de simpatia, independência, cooperação altruística e senso de exploração) do que crianças cujos pais usam os métodos autoritários ou permissivos. Portanto, Baumrind propôs que não era o uso de reforço negativo ou punição física que por si só era ineficaz, mas era, sim, o modelo de controle parental que determinava os efeitos desses procedimentos no comportamento da criança.

Uma questão importante que não parece ser adequadamente entendida até agora na literatura é a influência da idade da criança na eficácia das técnicas disciplinatórias usadas. Ao contrário das descobertas de Baumrind a respeito de crianças de quatro anos de idade, outros têm descrito a ineficácia da punição física como um meio de encorajar o desenvolvimento do autocontrole interno de crianças mais velhas (ver Power & Chapiesski, 1986). Bandura (1977) mostrou que os humanos não reagem simplesmente a estímulos de seus ambientes; eles interagem com eles. Obviamente, a idade e o nível de desenvolvimento da criança influenciarão a capacidade da criança de, pelo menos, interagir verbalmente com aqueles que lhe aplicam a punição. Na medida em que as crianças crescem, e suas habilidades de raciocinar e conceituar idéias abstratas se desenvolvem, o uso de técnicas de afirmação de poder deve ceder lugar para o uso de métodos de disciplina mais indutivos (ver Dix e col., 1989). Na verdade, isso parece ser o que os pais tendem a fazer (Lytton e col., 1988). Infelizmente, examinar essa questão do ponto de vista da literatura sobre o desenvolvimento da criança está além dos limites dessa tese. Todavia, essa breve discussão mostra que, se for levada em consideração a idade, o complexo quadro que geralmente se forma ao redor da análise das várias formas de punição pode não ser esclarecido.

As atitudes das crianças em relação à punição podem também influenciar sua eficácia. A literatura sobre esse tópico é extremamente vaga, embora forneça algumas idéias interessantes a respeito da percepção das crianças. McCann (1978) revisou estudos que investigavam as opiniões das crianças a respeito do uso da punição corporal pelas professoras. Embora eles não possam ser comparáveis às opiniões a respeito de seu uso pelos pais, McCann relatou que as crianças, no geral, não tendiam a avaliar as punições no sentido de ser uma "bondade" ou uma "maldade", mas as entendiam como sendo justas ou injustas, de acordo com um número de critérios, tais como se o culpado era corretamente identificado, se a "ofensa" era adequadamente explicada e se a intensidade da punição era apropriada à gravidade da ofensa cometida. Além disso, a revisão de McCann identificou mudanças

em atitude conforme a idade, demonstrando que as crianças mais velhas não achavam que tais meios de intimidação eram tão eficazes como os mais novos achavam. Um estudo mais recente feito por Carlson (1986, citado em Newson, 1989) perguntou a crianças americanas de 12 anos de idade sobre punição. Ela descobriu que essas crianças achavam que a punição física era um meio inapropriado de disciplina para a maioria dos tipos de ofensa, exceto bater num irmão. Ao contrário, elas geralmente defendiam o uso do bom senso e de métodos indutivos. Essas descobertas parecem mostrar que as crianças podem aceitar a punição física contanto que percebam que seja justo. Elas também sugerem que essa aceitação diminui com a idade, cedendo espaço para as técnicas indutivas de disciplina. No entanto, não está claro ainda como as percepções das crianças podem influenciar em suas reações em relação à punição.

Somadas a essas “variáveis da criança”, as “variáveis dos pais” também afetam a administração da punição física e, portanto, sua eficácia. Distintamente dos experimentos realizados em laboratório, existem muitos fatores que influenciam o uso da punição física pelos pais. Por exemplo, Kuczynski (1984) tem defendido que os pais usam estratégias diferentes em ocasiões diferentes, dependendo de seus objetivos de hierarquia ou submissão em situações específicas. Ele sugeriu a hipótese e logo após demonstrou que os pais tendiam a usar técnicas de afirmação de poder quando possuíam objetivos a curto prazo de submissão, enquanto faziam uso do bom senso para objetivos a longo prazo. Esse estudo mostra que as práticas parentais variam de situação para situação, dependendo do mau comportamento da criança e da interpretação dos pais das implicações da transgressão a longo prazo. Portanto, o contexto da disciplina é, claramente, um fator vital a se considerar ao avaliar sua eficácia.

Patterson (1982) enfatizou o importante papel que o reforço desempenha em influenciar o uso da punição física pelos pais. Em seu “Coercion Model”, ele propôs que os gemidos e o choro da criança são repugnantes no entender dos pais. Portanto, se uma surra reduz esse estímulo repugnante, mesmo que temporariamente, os pais serão forçados a repetir a ação no futuro. Esse efeito é ainda mais forte em situações sociais. Por exemplo, se a criança faz birra no supermercado, os pais não apenas têm de lidar com o comportamento repugnante da criança, mas também com a reação dos outros clientes que estão no local. Nessa situação, a surra pode se fazer necessária, mesmo quando não diminui a birra da criança, mas reduz o embaraço social dos pais. Além do mais, o mau comportamento da

criança é freqüentemente reforçado também quando o pai se entrega às vontades da criança como uma consequência do desejo da mãe de pacificá-la. Dessa forma, apesar da ineficácia a longo prazo desse tipo de punição, o pai pode continuar a usá-la, uma vez que é potencialmente eficaz a curto prazo.

Esse exemplo enfatiza a relação recíproca entre o comportamento da criança e o comportamento dos pais. A maior parte da literatura não leva em consideração esses efeitos bilaterais, embora eles tenham um grande efeito sobre a escolha e a eficácia da punição adotada. A idade e o sexo da criança são exemplos das variáveis da criança que interagem com as variáveis dos pais, tais como as atribuições parentais de competência e responsabilidade. Newson e Newson (1989), em seu estudo epidemiológico, e Kuczynski (1984) notaram que a afirmação de poder é mais usada com meninos do que com meninas. Outros estudos têm confirmado que os pais reagem de forma diferente com meninas e meninos (ver Dix e col., 1989) e que suas estratégias de disciplina também variam, dependendo da idade da criança (Lytton e col., 1988; Newson & Newson, 1989). Sem dúvida, é importante entender tanto os efeitos gerados pela criança (idade, sexo e comportamento) como aqueles gerados pelos pais (temperamento, responsabilidades parentais) que influenciam as preferências disciplinatórias dos pais. Dix e colegas (1989) sugeriram que uma explicação para entender os efeitos gerados pelos pais e pela criança seriam as “teorias implícitas de disciplina” que os pais incluem em suas interações com os filhos. Eles mostraram que as mães preferiam os métodos de afirmação de poder aos indutivos quando elas achavam que seus filhos entendiam as regras sobre aquilo que haviam violado, eram capazes de agir de forma mais adequada e eram mais responsáveis por seus atos. Portanto, ao contrário das situações de laboratório, os pais parecem variar o uso da punição física dependendo da interpretação que fazem do conhecimento sobre o comportamento admissível. Esses resultados também revelam que, conforme a criança se torna mais velha, os pais tendem a confiar mais nas técnicas de afirmação de poder (punição física), na medida em que eles supõem que seus filhos, agora mais velhos, tenham uma compreensão maior de seu mau comportamento. Isso parece contradizer as descobertas de Lytton e colegas (1988) de que os pais aumentam as técnicas indutivas e reduzem as de afirmação de poder conforme os filhos ficam mais velhos. Todavia, essa discrepância poderia ser entendida como uma interação entre as atribuições dos pais, a idade da criança e a competência. Em outras palavras, a reação dos pais ao mau comportamento da

criança pode ser afetada por sua percepção do conhecimento da criança das regras que ela deve obedecer, que por sua vez são influenciadas pela idade da criança.

Em resumo, as provas fornecidas até então têm sugerido que a punição física é eficaz para mudar o comportamento a curto prazo. Todavia, há dúvidas quanto às conseqüências geradas a longo prazo. Uma razão para tal falta de resultado poderia ser as limitações metodológicas das pesquisas. Muitas delas caem na armadilha enunciada por Erlanger (1974) de caracterizar os pais por suas técnicas disciplinares "típicas", e conseqüentemente analisar a punição física como se fosse uma simples entidade isolada. No entanto, a literatura a respeito da submissão da criança mostra que este é um tópico altamente complexo. Obviamente, muitas variáveis (aquelas identificadas na literatura sobre comportamento, e as variáveis dos pais e da criança mencionadas acima) desempenham um importante papel ao influenciar na escolha das técnicas de disciplina e sua eficácia tanto a curto como a longo prazo. As contribuições específicas de cada variável para o resultado não estão claras na literatura atual. No entanto, parece existir uma rede complexa de interações que merece uma investigação mais profunda.

As conseqüências da punição física

Uma das maiores preocupações a respeito do uso da punição física é a possibilidade de que tais atos possam conduzir a conseqüências indesejáveis. Por muitos séculos, as pessoas têm advertido sobre os perigos de seu uso, tanto para a pessoa que aplica a punição como para quem a recebe. Por exemplo, em 1837 Charles Napier comentou que "deve se observar que quando o homem está encarregado de impor uma punição (não importa o quão revoltante isso possa ser em sua natureza) ele geralmente torna-se desejoso de aumentar a sua severidade: sua mente cresce insensível por assistir a tais punições, e ele erroneamente acredita que os corpos de seus companheiros cresçam igualmente endurecidos" (Scott, 1954, p. 21). O uso da punição física pelos pais tem sido considerado como a raiz de muitos problemas psicopatológicos, tais como sadomasoquismo, ansiedade, obsessão e dissociação (ver Greven, 1991). A prova de tais afirmações parece ser fraca e sem base empírica. Entretanto, alguns pesquisadores têm sugerido que a punição física pode ser o primeiro passo em direção ao abuso físico de crianças por seus pais. Outros têm proposto que isso possa proporcionar à criança um modelo de

comportamento agressivo, levando a maneiras violentas de lidar com conflitos interpessoais e à delinquência. Devido a limitações de espaço, não é possível examinar toda a literatura a respeito desse assunto. Ao contrário, esses dois argumentos serão brevemente discutidos a seguir.

1. Ligações com o abuso de crianças

Um número crescente de estudos tem destacado o problema do abuso de crianças. Infelizmente, boa parte da literatura relacionada ao estilo de disciplina empregada pelos pais não especifica claramente as formas particulares de abuso que estão sendo examinadas. Neste estudo, o termo "abuso de crianças" estará se referindo ao abuso físico de crianças.

Berger e colegas (1988) encontraram uma proporção surpreendentemente alta de jovens de classe média dos Estados Unidos que haviam passado por experiências de disciplina que poderiam ser consideradas abusivas. Numa cultura muito diferente, Samuda (1988) também relatou o uso de técnicas (ex.: bater na mão da criança com um pedaço de pau) que podem ser consideradas como inadmissíveis para pessoas de tradições diferentes (pesquisa realizada pela Comissão Jurídica Escocesa, 1991). Payne (1989) enfatizou a necessidade de aceitar a diversidade cultural ao classificar certas práticas como abusivas, assim como a admissibilidade de vários tipos de disciplina infantil variam entre indivíduos, grupos e culturas. Todavia, é importante também desafiar as técnicas que são realmente prejudiciais para a criança. Alguns estudos têm relatado modelos específicos de danos causados à criança em culturas diferentes, devido ao excessivo uso de práticas disciplinares admissíveis (Samuda, 1988) sugerindo que atitudes culturais que permitam o uso da força física para educar um filho podem constituir-se na base do abuso físico de crianças. Dessa forma, uma questão central do presente debate gira em torno dos "limites admissíveis" da punição física pelos pais e as ligações entre o seu uso e o abuso de crianças.

A vasta literatura sobre o abuso de crianças dá a entender que existe uma associação substancial entre os estilos de disciplina adotados pelos pais e o abuso físico de crianças. Por exemplo, alguns estudos têm sugerido que 90% dos casos de violência ilegítima contra crianças é simplesmente uma extensão dos modelos de punição admissíveis socialmente (Martin, 1983, citado em Lenton, 1990). Muitos fatores relacionados à disciplina têm sido identificados para aumentar o risco do abuso de crianças, inclusive a rígida afirmação do poder parental (Engfer & Schneewind, 1982), sem falar nos altos níveis de punição física, expectativas pouco

realistas do desenvolvimento da criança, e o largo uso da coerção e a escassez de métodos positivos de disciplina (ver Lenton, 1990). Essas descobertas têm levado alguns grupos (tais como EPOCH) a propor que a punição física repousa de um lado sobre um espectro da violência familiar que leva a abusos mais sérios. Portanto, eles têm sugerido que toda punição física deve ser abolida. Este argumento tem por base a implicação de que o uso da punição física pode alcançar um grau em que cada vez mais os pais façam uso de níveis de força mais intensos que não são admissíveis e eventualmente abusivos.

Três argumentos principais desafiam essa suposição. Primeiramente, conforme demonstrado na seção anterior sobre terminologia, não está sempre claro na literatura o que é exatamente o termo "punição física". Geralmente esse termo engloba uma variedade de comportamentos realizados por inúmeras razões, inclusive a manifestação de raiva ou frustração dos pais. Isso, claramente, não pode ser classificado como "punição". É, portanto, difícil chegar a muitas conclusões dos dados que têm encontrado associações entre estilos de criação adotados pelos pais e a punição física.

Em segundo lugar, o aumento gradual no uso da punição física é limitado. Em "Coercion Model" (1982), Patterson mostrou que os pais poderiam, na verdade, se envolver em situações onde suas práticas disciplinares se tornassem negativas, coercitivas e cíclicas em intensidade, apesar de sua óbvia eficácia em mudar o comportamento da criança. Infelizmente, esse modelo não tem recebido muita atenção empírica, embora os estudos sobre o comportamento ofereçam algum suporte para suas alegações. Ao contrário, outros têm argumentado que tal graduação pode não ser uma questão importante para muitos pais. Por exemplo, Schaffer sugeriu que "a vasta maioria dos pais... parece não ter dificuldades em fazer a divisão entre o uso excessivo e o razoável (da punição corporal)" (citado no relatório apresentado pela Comissão Jurídica Escocesa, 1992, p. 23). Além disso, Wadson (1993) tem desafiado tal presunção de que a punição física é uma forma de um espectro de violência, e sugeriu o contrário, que pode diferir qualitativamente, assim como quantitativamente, da violência relacionada ao abuso de crianças. Na verdade, se o abuso simplesmente surgiu como uma consequência da punição física em excesso, supostamente as culturas com baixa aceitação e uso de formas físicas de disciplina também teriam índices mais baixos de abuso infantil. No entanto, as descobertas feitas por uma pesquisa a respeito da violência contra crianças na Suécia não sustentam esse

ponto de vista (Gelles & Edfeldt, 1986). Como já mencionado, esse estudo encontrou taxas semelhantes de abuso na Suécia e nos Estados Unidos, apesar da existência de índices mais baixos tanto da admissibilidade como do uso da punição física na Suécia. Essas descobertas sugerem que fatores outros que não apenas a intensificação da punição física contribuem para etiologia do abuso de crianças.

Finalmente, tem sido alegado que "a pobreza e privação social são fatores cada vez mais reconhecidos para desempenhar um papel importante na violência familiar" (Wadson, 1993, p. 49). Por exemplo, Madge (1983) mostrou que problemas sociais tais como baixa renda, acumulação demográfica e pouco auxílio externo estão ligados ao abuso físico de crianças. Esses fatores também têm sido associados ao uso crescente de métodos físicos de disciplina pelos pais (ver seção sobre classe social e outros fatores que influenciam a ocorrência). Concluindo, ainda não está claro exatamente como o uso da punição física poderia conduzir ao abuso de crianças. Os estudos suecos sugerem que possa não existir uma ligação direta de causa, mas que a associação encontrada entre essas duas variáveis pode, na verdade, ser um reflexo de sua relação com um terceiro fator, como a posição social da família. Todavia, as implicações da sugestão de que a punição física pode aumentar a probabilidade do abuso físico enfatizam a importância de uma avaliação mais profunda e cuidadosa desse tópico.

2. Agressão e delinquência

Greven (1991) alegou que "a punição física de crianças aparece consistentemente como uma das maiores influências para a agressividade e a delinquência..." (p. 194). Da mesma forma, outros têm advertido contra as repercussões adversas de seu uso (Straus, 1991; Leach, 1993; Newell, 1989), uma vez que tanto a literatura comportamental como estudos mais realísticos têm fornecido evidências desses efeitos.

Estudos de laboratório têm descoberto que a agressão pode ser um efeito colateral da punição. Esse efeito pode ser examinado com vista a três áreas. Primeiramente, tem sido mostrado que a agressão pode ser provocada como uma resposta à punição. Ulrich e Azrin (1962, citado em Van Houten, 1983) demonstraram que a punição com choque elétrico induzia ratos a brigar. Outros estudos têm mostrado que a agressão pode ser provocada por uma série de diferentes estímulos (ver Van Houten, 1983), mesmo quando os animais estavam sozinhos. Esse efeito poderia ter sérias implicações no uso da punição com crianças. No entanto, Van Houten sugere que a agressão pode "ser facilmente

reprimida através do uso de punição contingente” (p. 34). Além disso, ele também notou que, como a resposta punida deveria diminuir rapidamente após a introdução da punição, haveria menos oportunidades de essa agressão ser provocada pois a punição seria recebida com menor frequência.

Outro grande efeito colateral da punição é a agressão efetiva. Este é o uso da agressão para escapar da punição, ou mesmo para produzir uma situação de maior reforço. Por exemplo, uma criança pode atacar a outra a fim de conseguir o brinquedo com que a outra criança estava brincando. Van Houten sugeriu que este tipo de agressão poderia também ser controlado com a punição contingente. Ele advertiu que se isso não fosse reprimido, causaria problemas, na medida em que seria difícil eliminar todos os reforços que poderiam manter esse tipo de comportamento.

O terceiro inconveniente da punição é a possibilidade de a criança imitar o comportamento da pessoa que está administrando a punição. Gelfand e colegas (1974, citado em Van Houten, 1983) relataram que as crianças que eram ensinadas a jogar um jogo corretamente, sendo multadas pelos erros, fizeram uso de um procedimento semelhante quando ensinaram o jogo a outra criança. Van Houten sugeriu que, enquanto a técnica de punição era usada adequadamente e não era abusiva ou cruel, não existia nenhuma desvantagem para esse efeito de as crianças modelarem seu comportamento de acordo com o do punidor. No entanto, as crianças parecem estar expostas a formas indesejáveis de disciplina relativamente frequentes no contexto familiar (ver Berger e col., 1988). Portanto, esse efeito pode ser de alguma preocupação se os resultados da situação apresentada puderem ser generalizados.

Em pesquisa clínica, é uma descoberta bem estabelecida que adultos fisicamente agressivos possuem maior probabilidade de ter experimentado punições físicas severas quando crianças. Isso tem sido demonstrado em estudos com pessoas condenadas por abuso infantil, assassinato, assim como jovens infratores (ver Larzelere, 1986). Na verdade, tais resultados têm sustentado a teoria de Straus (1983; 1991) de que o uso da punição física com crianças, meramente os treina para lidar com conflitos no futuro com agressão e violência. Um estudo desenvolvido por Eron e colegas (1983) também sugeriu que a violência pode ser transmitida de uma geração para outra. Em 1960, eles avaliaram a agressividade de todas as crianças de 8 anos de um município semi-rural do Estado de Nova York e entrevistaram também 80% de seus pais. Eles descobriram uma relação significativa

entre as taxas de agressividade contra crianças pelos seus próprios colegas e a severidade com que eram punidas pela agressão por seus pais em casa. Aproximadamente metade da amostra original foi entrevistada novamente quando os entrevistados atingiram 19 anos de idade. Em 1981, quando já tinham 30 anos, 409 deles foram contatados e reavaliados sobre suas atitudes em relação à agressão de crianças. Os autores descobriram que nestas duas idades “houve correspondências altamente significativas entre a agressão realizada pelos seus colegas e suas atitudes em relação a seus filhos hipotéticos ou reais, e também entre a reação de seus pais em relação à agressão e suas próprias reações 20 anos mais tarde” (citado em Newell, 1989, p. 38). Esse estudo sugere que a agressão pode ser um modelo de resposta aprendido. No entanto, é difícil chegar a conclusões firmes, uma vez que esses resultados podem refletir uma posição tendenciosa surgida pela grande abstenção dos entrevistados durante o acompanhamento. Além disso, eles também podem ser confundidos por outros fatores possíveis, tais como os efeitos de outros problemas de família na agressividade dos pais e dos filhos. Por outro lado, o uso da punição física pode ter sido uma consequência da agressividade da criança, antes mesmo do que a causa. Isso indica que embora a agressividade pareça ser uma característica levada pela criança para a vida adulta, é provável que vários fatores, além da punição física, possam desempenhar um importante papel nesse processo.

Alguns estudos têm sugerido que a punição física pode ser associada à agressão posterior da criança apenas quando a punição atinge intensidades elevadas. Por exemplo, o estudo de Parke e Slaby (1983) sobre os antecedentes de agressão sustentava uma hipótese curvilínea entre elas. Além disso, Larzelere (1986) comentou que os resultados de estudos longitudinais não encontraram nenhuma base que confirmasse a ligação entre a punição física normal e a agressão. Ao contrário, ele enfatizou que o abuso de crianças havia sido descrito para aumentar os níveis de agressão física. Larzelere também descobriu que o uso de punição física com muita frequência poderia ser um importante fator de discriminação para prever a agressividade, embora houvesse uma sugestão de que o alcance desse efeito poderia depender do uso concorrente da discussão pelos pais.

Em resumo, esse estudo sugere que a punição pode, na verdade, levar a um aumento da agressão. No entanto, a literatura comportamental mostra que esse efeito pode ser reprimido muito facilmente. Além disso, a agressão parece resultar apenas da alta frequência e

intensidade da punição, sugerindo que a punição física normal pode não ter um impacto importante no processo da agressão.

Juntamente com as descobertas sobre a agressão, a delinquência também tem sido associada à disciplina punitiva dos pais (ver Scott & Shaw, 1991). Newson e Newson (1986, citado em Newell, 1989) descobriram que aos 16 anos a falta de disciplina não era prevenida através do uso da punição física pelos pais. Ao contrário, aqueles que eram agredidos freqüentemente ou quando tinham 7 anos possuíam uma probabilidade maior de se tornarem um estorvo aos 16 anos. Esses autores sugeriram que os fatores mais importantes para prever algum envolvimento criminal aos 20 anos de idade eram a agressão freqüente aos 11 anos e mãe que possuísse alto grau de confiança na punição corporal formal. É necessário ser cauteloso ao generalizar tais resultados, uma vez que muitos dos entrevistados abandonaram o acompanhamento antes de seu término. No entanto, a punição física cruel parece ter um efeito adverso no comportamento posterior: Shaw e Scott (1991) mostraram que esse efeito pode ser mediado pelo centro de controle da criança sobre o comportamento. Acredita-se que as formas cruéis de punição resultam em um centro externo de controle tal que o comportamento é afetado pela ameaça da punição externa. Em contraste, acredita-se que os métodos indutivos incentivam o autocontrole interno (como discutido em seção anterior).

Infelizmente, muitos desses estudos são limitados, devido a problemas metodológicos ou terminológicos já mencionados nesta tese. Além disso, eles concentram seus estudos nas formas cruéis de punição pelos pais, e falam muito pouco sobre os efeitos da surra normal. Rutter (1985) questionou a relevância de fatores como o uso de práticas específicas, a severidade da disciplina, a consistência dos pais em esclarecer as influências de vários fatores sobre o processo de comportamento da criança. Ao contrário, ele sugeriu que as quatro dimensões propostas por Patterson (1982) podem ser, de fato, muito importantes. Eram elas: 1) a falta de "regras na casa" (portanto, não havia expectativas claras de como a criança deveria se comportar); 2) falta de supervisão pelos pais do comportamento da criança (dessa forma, os pais eram inadequadamente informados sobre os atos e emoções de seus filhos para responder apropriadamente); 3) falta de contingentes eficazes (desse modo, os pais não conseguem prosseguir com as estratégias de disciplina); e 4) uma falta de técnicas de como lidar com as crises ou problemas de família. Além disso, ele sugeriu que o contexto sócio-emocional da disciplina era pelo menos tão importante quanto os procedimentos específicos usados. Schaffer

conclui que "a pesquisa fornece pouca evidência de que a punição física por si só leva a conseqüências prejudiciais. Pode ser verdade sob certas circunstâncias, mas parecem ser aquelas circunstâncias (com referência específica ao conflito em casa, relacionamentos pobres e práticas erradas de disciplina com os filhos) que são primeiramente responsáveis pelos efeitos ruins" (citado no relatório da Comissão Jurídica Escocesa, 1992, p. 23).

Implicações clínicas

Essa revisão sobre a literatura destaca alguns dos inúmeros fatores que parecem desempenhar importante papel em influenciar o uso da punição física pelos pais, sua eficácia e seu impacto na criança. As evidências apresentadas não sustentam inequivocadamente as alegações pela "óbvia ineficácia" da punição física ou pelas repercussões prejudiciais quando é usada moderadamente dentro de um contexto familiar. Todavia, existem situações claras em que os pais podem recorrer ao uso excessivo dos métodos físicos de disciplina. Os médicos envolvidos em ajudar essas famílias não podem mais basear seus pareceres em opiniões pessoais. Eles precisam, então, ter consciência não apenas da existência da punição física em excesso, mas também da interação complexa das variáveis que parecem se relacionar com seu uso e efeitos. O objetivo desta seção sobre implicações clínicas não é defender ou condenar o uso da punição física pelos pais, mas sim fornecer um guia de algumas das questões principais que surgem a partir das pesquisas estudadas até aqui, sobre as quais os médicos precisam ser informados ao abordarem tal tópico. Como muitos desses tópicos já foram discutidos, eu irei simplesmente apresentar uma lista dos fatores que parecem ser pertinentes à avaliação e intervenção em casos clínicos.

1. Variáveis de avaliação

Os fatores que precisam ser considerados ao se avaliar o uso da punição física pelos pais estão resumidos no Quadro II. Eles basicamente consistem em variáveis relacionadas à origem da família, ao uso da terminologia por pais e médicos para descrever vários tipos de comportamento, a detalhes sobre a história e o uso atual da punição física, a fatores que levam ao desenvolvimento e à manutenção tanto do comportamento da criança como da resposta dos pais, ao uso de outros métodos de disciplina, à adequação da resposta dos pais, às percepções da criança e dos pais e às conseqüências da punição.

A avaliação da punição física certamente se beneficiaria caso fosse usado um quadro de avaliação padronizado e bem organizado. Isso poderia não apenas fornecer uma perspectiva mais clara e confiável do contexto no qual a punição física ocorre, mas também destacaria as variáveis críticas associadas a seu uso errado e às repercussões adversas subsequentes na criança. Além disso, uma avaliação detalhada pode oferecer dicas importantes de como melhor organizar e imprimir a intervenção.

2. Intervenção

O uso da punição física como parte da intervenção disciplinar é ainda uma questão controvertida. A literatura apresentada sugere que enquanto a punição física em excesso deveria ser fortemente desestimulada, a melhor solução para o problema ainda não é clara, porém. Um dos objetivos que se pretende atingir com essa intervenção poderia ser a redução da frequência e da intensidade da agressão, para aumentar o leque de opções das estratégias de disciplina não-punitivas e

QUADRO II
VARIÁVEIS A SE CONSIDERAR AO AVALIAR A PUNIÇÃO FÍSICA DE CRIANÇAS

Fatores de origem:	<ul style="list-style-type: none"> • experiência dos próprios pais com punição física ou abuso • influências culturais e religiosas • outros problemas familiares (desemprego, isolamento social) • expectativas de desenvolvimento dos pais
Terminologia:	<ul style="list-style-type: none"> • esclarecer o uso da terminologia pelos pais • definir claramente os comportamentos sob investigação
História da punição física:	<ul style="list-style-type: none"> • frequência • intensidade • como é administrada? • em que parte do corpo? • quem pune? • quais comportamentos são punidos? • continuidade da punição • uso consistente das contingências • confiança na punição física
Análise funcional:	<ul style="list-style-type: none"> • funções do comportamento não submisso • fatores responsáveis pelo comportamento não submisso • funções da resposta dos pais • fatores responsáveis pela resposta dos pais
Outras estratégias de disciplina:	<ul style="list-style-type: none"> • “regras da casa” • uso de métodos alternativos de disciplina • contingências sobre o uso dos métodos
Adequação da resposta dos pais:	<ul style="list-style-type: none"> • acompanhamento das crianças pelos pais • idade da criança • estágio de desenvolvimento e competência da criança
Percepções:	<ul style="list-style-type: none"> • percepção pelos pais da eficácia da punição • percepção pela criança da eficácia da punição • percepção pela criança da lealdade da punição
Conseqüências:	<ul style="list-style-type: none"> • comportamento agressivo • controle externo e interno • danos físicos • perturbação comportamental

para reduzir a dependência dos pais por formas físicas de punição. Esses objetivos poderiam ser alcançados caso fosse oferecido algum tipo de orientação para os pais sobre outros métodos de controle de comportamento. Além disso, pode ser também apropriado aconselhar os pais sobre como usar os métodos punitivos de forma segura como parte do processo de alterar a dependência da punição física excessiva ao lidar com o comportamento da criança.

Conclusão

A confiança na punição física como método de disciplina para crianças parece variar consideravelmente entre as pessoas. Infelizmente, devido a várias limitações metodológicas, muitas questões sobre esse debate ainda necessitam de esclarecimento e confirmação empírica. Esse estudo tem mostrado que, embora as evidências não sustentem a alegação de que a agressão normal seja prejudicial, muitas variáveis claramente desempenham um papel importante em determinar sua eficácia e conseqüências. As questões que têm sido destacadas nessa dissertação não pretendem fornecer uma "palavra final" nesse debate, mas eu espero que sirva como um ponto de partida para a prática clínica e futuras avaliações sobre a punição física.

SUMMARY

The author discusses on the several forms of physical punishment against children such as smacking on the buttocks, kicking, hitting with an object and punching, considering variables (punished behaviour, cultural aspects, child's ages and sex) that influence the choice for methods of discipline used by parents.

KEY WORDS

Physical punishment. Corporal punishment.

Bibliografia

- APPEL, J. - Punishment in the squirrel monkey: *Saimiri sciurea*. *Science*, 133:36, 1961.
- ARNOLD, E. - The use of corporal punishment in child rearing in the West Indies. *Child Abuse and Neglect*, 6:141-145, 1982.
- ARONFREED, J. - Conduct and Conscience: The Socialization of Internalized Control over Behavior. New York: Academic Press, 1968.
- AXELROD, S. & APSHE, J. - The Effects of Punishment on Human Behaviour. New York: Academic Press, 1983.
- AZRIN, N.; HAKE, D.; HOLZ, W.; & HUTCHINSON, R. - Motivational aspects of escape from punishment. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 8:31-44, 1965.
- BANDURA - Social Learning Theory. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1977.
- BAUMRIND, D. - The development of instrumental competence through socialization. In: Pick A. (Ed.), Minnesota Symposia on Child Psychology, vol. 7. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1973.
- BERGER, A.; KNUTSON, J.; MEHN, J.; & PERKINS, K. - The self-report of punitive childhood experiences on young adults and adolescents. *Child Abuse and Neglect*, 12:251-262, 1988.
- BRONFENBRENNER, U. - Socialization and social class through time and space. In: Maccoby E. et al. (Eds.), Readings in Social Psychology (3rd ed). New York: Holt, Rinehart and Winston, 1958.
- DAY, D. & ROBERTS, M. - An analysis of the physical punishment component of a parent training program. *Journal of Abdominal Child Psychology*, 11:141-152, 1983.
- DIX, T.; RUBLE, D. & ZAMBARANO, R. - Mothers' implicit theories of discipline: child effects, parent effects, and the attribution process. *Child Development*, 60:1373-1391, 1989.
- ENGFER, A. & SCHNEEWIND, K. - Causes and consequences of harsh parental punishment. *Child Abuse and Neglect*, 6:129-139, 1982.
- ERLANGER, H. - On the incidence and consequences of the use of corporal punishment in child rearing - a critique. Institute For Research on Poverty Discussion Papers, University of Wisconsin, Madison, 1974.
- FOREHAND & McMAHON - Helping the Noncompliant Child: A Clinician's Guide to Parent Training. The Guilford Press: New York, 1981.
- GELLES, R. & EDFELDT, A. - Violence towards children in the United States and Sweden. *Child Abuse and Neglect*, 10:501-510, 1986.
- GRAZIANO, A. & NAMASTE, K. - Parental use of physical force in child discipline: A survey of 679 college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 5:449-463, 1990.
- GREVEN, P. - Spare the Child: The religious Roots of Punishment and the Psychological Impact of Physical Abuse. New York: A.A. Knopf, 1991.
- HERBERT - Clinical Child Psychology: Social Learning, Development and Behaviour. Chichester: John Wiley & Sons, 1992.
- HERVEY, A. - To smack or not to smack (in preparation).
- HOFFMAN, M. - Childrearing practices and moral development: Generalizations from empirical research. *Child Development*, 34:295-318, 1963.
- JAMES, J. - Smacking: unacceptable limits. *Health Visitor*, 63:295-296, 1990.
- KOBAYASHI-WINATA, H. & POWER, T. - Child rearing and compliance: Japanese and American Families in Houston. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 20:333-356, 1989.
- KOCHANSKA, G.; KUCZYNSKI, L. & RADKE-YARROW, M. - Correspondence between mother's self-reported and observed child-rearing practices. *Child Development*, 60:56-63, 1989.
- KUCZYNSKI, L. - Socialization goals and mother-child interaction: Strategies for long-term and short-term compliance. *Developmental Psychology*, 20:1061-1073, 1984.
- LARZELERE, R. - Moderate Spanking: Model or deterrent of children's aggression in the family? *Journal of Family Violence*, 1:27-36, 1986.
- LEACH, P. - Should parents hit their children? *The Psychologist: Bulletin of the British Psychological Society*, 6:216-220, 1993.

27. LENTON, R. - Techniques of child discipline and abuse by parents. **Canadian Review of Sociology and Anthropology**, 27:157-185, 1990.
28. LYTTON, H.; WATTS, D. & DUNN, B. - Continuity and change in child characteristics and maternal practices between ages 2 and 9: An analysis of interview responses. **Child Study Journal**, 18:1-15, 1988.
29. MADGE, N. - Identifying families at risk. In Madge N. (Ed.), *Families at Risk*. London, Heineman, 1983.
30. McCANN, D. - Children's perceptions of corporal punishment. **Educational Studies**, 4:167-172, 1978.
31. MILLER, A. - *For Your Own Good: The Roots of Violence in Child-rearing*. London: Virago Press, 1987.
32. NEWELL, P. - *Children Are People Too: The Case Against Physical Punishment*. London: Virago Press, 1989.
33. NEWSON, J. & NEWSON, E. - *The Extent of Physical Punishment in the UK*. London: Approach, 1989.
34. Oxford English Dictionary - Oxford: Oxford University Press, 1988.
35. PARKE, R. & SLABY, R. - The development of aggression. In Mussen P.H. (Ed). *Handbook of Child Psychology: Vol.4, Socialization, Personality, and Social Development*. New York: Wiley, 1983.
36. PATTERSON, G. - The aggressive child: Victim and architect of a coercive system. In: Hamerlink L. et al. (Eds.). *Behavior Modification with Families: Theory and Research* (Vol. 1). New York: Brunner/Mazel, 1976.
37. PATTERSON, G. - *Coercitive Family Processes*. Eugene, OR: Castalia, 1982.
38. PAYNE, M. - Use and abuse of corporal punishment: a Caribbean view. **Child Abuse and Neglect**, 13:389-401, 1989.
39. PROFUMO, D. - To smack or not to smack. *Daily telegraph Family Supplement*, Friday, May 28 th, pg. 5, 1993.
40. POWER, T. & CHAPIESKI, L. - Childrearing and impulse control in toddlers: A naturalistic investigation. **Developmental Psychology**, 22:271-275, 1986.
41. REKERS, G. & LOVAAS, I. - Behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in a male child. **Journal of Applied Behavior Analysis**, 7:173-190, 1974.
42. ROBERTS, M. - Resistance to timeout: Some normative data. **Behavioral Assessment**, 4:237-246, 1982.
43. RUTTER, M. - Family and school influences on behavioral development. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, 26:349-368, 1985.
44. SAMUDA, G. - Child discipline and abuse in Hong Kong. **Child Abuse and Neglect**, 12:283-287, 1988.
45. SCOTT, G. - *The History of Corporal Punishment*. London: Torchstream Books, 1954.
46. Scottish Law Commission Report - *Scottish Law Commission Report on Parental Rights and the Use of Physical Punishment*, Draft Bill, Houses of Parliament, 1992.
47. SHAW, J. & SCOTT, W. - Influence of parent discipline style on delinquent behaviour: The mediating role of control orientation. **Australian Journal of Psychology**, 43:61-67, 1991.
48. SOLHEIM J. - A cross-cultural examination of use of corporal punishment on children: A focus on Sweden and the United States. **Child Abuse and Neglect**, 6:147-154, 1982.
49. STRAUS, M. - Ordinary violence, child abuse, and wife-beating. In Finkelhor D. et al. (Ed.), *The Dark Side of Families: Current Family Violence Research*. Beverly Hills, California: Sage, 1983.
50. STRAUS, M. - Discipline and deviance: physical punishment of children and violence and other crime in adulthood. **Social Problems**, 38:133-154, 1991.
51. STRAUS, M. & GELLES, R. - How violent are American Families? estimates from the National Family Violence Survey and other studies. In Hotaling G. et al. (Eds.). *Family Abuse and its Consequences: New Directions in Research*. London: Sage, 1988.
52. TEASDALE, J. & FOGARTY, S. - Differential effects of induced mood on retrieval of pleasant and unpleasant events from episodic memory. **Journal of Abnormal Psychology**, 88:248-257, 1979.
53. TRUDEL, G.; BEAUPRE, M. & MAURICE, P. - The effects of intensity of an oversize stimulus on self-injurious behavior. Paper presented at the 15th Annual Convention of the Association for Advancement of Behaviour Therapy, Toronto, 1981.
54. VAN HOUTEN, R. - Punishment: From the animal laboratory to the applied setting. In: Axelrod S. & Apshe J. (Eds.), *The Effects of Punishment on Human Behaviour*. New York: Academic Press, 1983.
55. WADESON, B. - Smacking of harsh reality. **Nursing Standard**, 7:49-51, 1993.
56. WILSON, F. - A look at corporal punishment and some of the implications of its use. **Child Abuse and Neglect**, 6:155-164, 1982.